



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS DE GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

TATIANE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS ALVES

**O CONCEITO DE RAÇA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL:
aspectos históricos**

**GUARABIRA, PB
ABRIL/2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A474c Alves, Tatiane da Conceição dos Santos
O conceito de raça e identidade étnico-racial [manuscrito] :
aspectos históricos / Tatiane da Conceição dos Santos Alves. -
2017.
32 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de
História".

1. Raça. 2. Identidade Étnico-Racial. 3. Conceito de Raça. I.
Título.

21. ed. CDD 909.4

TATIANE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS ALVES

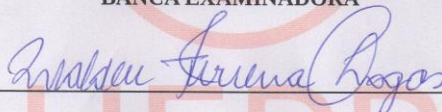
**O CONCEITO DE RAÇA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL:
aspectos históricos**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira como requisito parcial a obtenção do grau de Licenciada em História, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

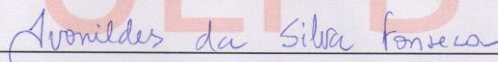
Linha de Pesquisa: História e Estudos Culturais: Etnia, Gênero e Sexualidade

Aprovada em 12 /04/2017.

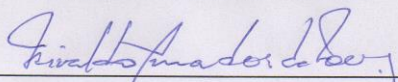
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba/DH



Prof. Dr^a. Ivonildes da Silva Fonseca (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba/DH



Prof. Ms. Rivaldo Amador da Sousa (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba/DH

Ao meu esposo, pelo companheirismo,
compreensão e presteza, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À meu orientador que auxiliou no processo de construção deste artigo.

Ao meu esposo, que esteve ao meu lado em todos os momentos do meu curso.

À minha mãe, por sua compreensão e apoio.

Aos professores do curso de história.

Aos colegas de classe, que se mostraram amigos e companheiros, durante os anos que passamos juntos.

Aos funcionários da UEPB, pelo empenho em colaborar com nossos estudos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. O SÉCULO XIX E A CONSTRUÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS.....	06
3. A REPERCUSSÃO DAS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL.....	11
4. AS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E A CONCEPÇÃO DE RAÇA NEGRA.....	24
5. INDÍGENAS, BRANCOS E NEGROS: a identidade racial do Brasil..	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

O CONCEITO DE RAÇA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: aspectos históricos

Resumo

O Presente trabalho trata de discussões sobre os conceitos raciais que foram produzidos por um largo processo histórico, tratando de preconceitos que foram desenvolvidos sobre a influência dessas teorias construídas sobretudo nos anos de 1870 alongando-se até 1930, e de questões étnicas de identidade brasileira, com a finalidade de promover saberes de pré-noções estabelecidas em séculos passados que significaram uma série de implicações no contexto social. Baseado em algumas obras de estudiosos que permeiam discussões sobre o tema, foi possível resgatar conceitos e teorias passadas para então associá-las a identidade étnico-racial dos brasileiros. E assim, permear o conhecimento sobre as raças em geral de modo a se dedicar a estabelecer relações de respeito as diversidades, sobretudo étnicas.

ABSTRACT

The present work deals with discussions about the racial concepts that were produced by a wide historical process, dealing with prejudices that were developed on the influence of these theories constructed mainly in the years of 1870 stretching until 1930, and of ethnic issues of Brazilian identity, with the purpose of promoting knowledge of pre-notions established in past centuries that meant a series of implications in the social context. Based on some works of scholars that permeate discussions about the theme, it was possible to rescue past concepts and theories to associate them with the ethnic-racial identity of Brazilians. And thus, to permeate the knowledge about the races in general in order to dedicate to establish relations of respect the diversities, mainly ethnic.

Palavras-chave: Raça. Identidade. Desconstrução.

Introdução

Discutir o conceito de raça e identidade étnico-racial é uma questão pertinente no Brasil, sobretudo, porque este país desde sua invenção nasceu diverso em vários aspectos, a exemplo do racial. No entanto, ao longo de sua história social e cultural, ações e práticas foram desenvolvidas para negar essa condição de ser do Brasil. Neste artigo, discutimos a construção do conceito de raça e sua relação com a identidade étnico-racial no Brasil. Para tanto, recorreremos a alguns estudiosos dessa temática, a exemplo de Schwarcz (1993), visto essa pesquisadora na sua obra intitulada “**O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**” trazer uma série de questões relacionadas aos discursos raciais nos anos 1870-1930, que contribuíram de modo significativo com a elaboração do conceito de raça. No transcorrer dessa obra, essa autora faz recortes fundamentais dos primórdios desse conceito, e aponta os elementos constitutivos da sua construção no Brasil.

O século XIX e a Construção das Teorias Raciais

A partir do contexto do século XIX, caracterizado pela vinda da família real ao Brasil, discute como a ciência ganhou espaço e começou a difundir-se, uma vez que foram estabelecidas as instituições que favoreceram o poder local. Assim, com as novas escolas do país, entre elas a de Direito, foram surgindo os novos intelectuais da época e com isso predominando os modelos como o social-darwinismo, o positivismo e o naturalismo. Esses modelos teóricos alargaram-se a partir dos anos 1870 e começaram a ditar o que se classificou como inferior com base na ciência.

A discussão formulada por essa autora aponta como característica a emancipação política do Brasil que antecedeu a fundação do IHGB, cuja função fora criar uma história para o país; fundamentada na teoria evolucionista, visto esta teoria ter adentrado no Brasil como elemento polemico em virtude da diversidade existente.

Todavia na década de 1870, a ciência ganhou espaço e ocorreram embates entre a literatura e as ciências sociais. Surgiram então, as ciências naturais (geologia, botânica, zoologia). E também a biologia a partir da teoria da evolução. Mas no Brasil prevaleceu o modelo evolucionista, que funcionou como pretexto para a dominação do pensamento europeu. Nos anos 1870, o Brasil passou a apresentar uma nova visão aos

viajantes, era uma terra que se encaixava pouco a pouco no perfil de modernização. Entretanto alguns viajantes europeus ainda possuíam uma visão negativa, e através de suas obras baseando-se tão somente no tipo de vegetação existente, e também na composição étnica e racial classificaram-no como degradante.

Os chamados homens de ciência foram ampliados na década de 1870 em diante, uma vez que possuíam interesses pessoais, embora em comum tivessem o objetivo de formular modelos globalizantes, na tentativa de compreender a nação.

A partir de então Schwarcz (1993) trata diretamente das teorias raciais que adentraram no Brasil no século XIX. Teorias, a exemplo do positivismo, evolucionismo, e o darwinismo, foram introduzidas no país, num momento em que as diversidades encontradas nos habitantes remetem a um grande debate e difusão do tema racial.

Desde então, o conceito de raça, ganhou força. Georges Cuvier naturalista o principiou na literatura mais especializada, e em início do século XIX esse se expandiu mundo a fora. Coube aos cronistas e naturalistas tais como Cuvier a missão de classificação dos elementos constituintes do país. Surgiu nesse momento um conceito para a ideia de raça. Engajado, também, no debate sobre a cidadania, uma vez que, nesses debates foram discutidos não sobre arbítrio do indivíduo, mas sobre variações de acordo com os grupos biológicos. Na classificação dos grupos biológicos da humanidade, foram levadas em conta as atitudes específicas de cada raça.

Nesse contexto falar de raça implicava falar das origens da humanidade, no entanto foi a partir do século XIX que esse tema ganhou consistência dentro da sociedade.

Nesse período surgiram duas vertentes que colaboraram para a construção de classificação de raças, a partir das quais os autores da época responsáveis por pensar a origem humana, desenvolvem seus discursos. Foram elas, a visão monogenista, que esteve presente até a metade do século XIX, e consistia na origem de uma única espécie humana, assim como mostra a bíblia. E a visão poligenista, que tomou espaço a partir do século XIX, baseada nas ciências biológicas, acreditavam na existência de vários centros de criação humana o que resultara nas diferentes raças existentes. Ao mesmo tempo em que a visão poligenista ampliava-se e ganhava sentido com base nos estudos realizados sobre os humanos, surgiu também a frenologia e a antropologia. Essas ciências foram responsáveis por analisar a capacidade humana através de estudos como os do tamanho do cérebro.

Desde então surgiram novas ciências que evidenciaram cada vez mais a vertente poligenista e se distanciaram dos modelos humanistas. Desenvolvida pelo antropólogo suíço Andrés Ratzius no século XIX apresentou a cronologia técnica e contribuiu para as análises realizadas sobre as variedades do cérebro humano. Em seguida a antropologia criminal expôs-se, trazendo o argumento de que a criminalidade é algo genético como um elemento encontrado em diferentes seres humanos. Assim o poligenismo pôs fim na ideia de apenas uma espécie humana e deu ênfase as desigualdades entre os humanos, atribuindo-lhes qualificações definidas pela espécie humana que lhes cabia.

O estudo antropológico, por sua vez, deu vida a esses pensamentos, pois através das ciências físicas e biológicas os diferentes tamanhos de cérebros confirmaram a existência de várias espécies. Por outro lado, a etnologia, vinculada a visão monogenista, se manteve com uma orientação humanista. Formulou-se assim a oposição, e surgiram estudiosos de cada lado dispostos a mostrar a veracidade de sua tese.

Segundo Schwarcz (1993), Paul Broca um anatomista e craniologista de Paris, em 1859 alegou a existência das variações humanas e estas eram resultados de diferentes estruturas raciais. Assim a inferioridade física e mental poderia ser confirmada através de análises do crânio humano. Dessa maneira iniciou-se o processo de construção das raças. Pois adeptos da visão poligenista acreditavam na imutabilidade humana, atribuindo as diferentes capacitações do ser humano a particularidades de grupos raciais. Ainda havia também, em oposição a esses teóricos, os fiéis a visão monogenista que associavam as diferenças humanas ao evolucionismo.

Schwarcz (1993) na sua análise menciona o surgimento do social Darwinismo, pois através desse segmento o embate entre as duas teorias foi suavizado. De acordo com essa autora em 1859, Charles Darwin publicou a obra “A origem das espécies” e a partir de então foi estabelecido um paradigma de época. Desde esse momento as duas vertentes entraram em acordo em duas questões, a de que as mutações humanas se restringem ao evolucionismo e a de que o conceito de raça era a explicação para as diferenciações existentes, embora cada vertente não deixasse de acreditar nos seus reais princípios.

Nesse contexto as ideias de Darwin ganharam ênfase na sociedade, passando a ser fundamental nas faculdades da época. Assim o Darwinismo foi aos

poucos encontrando adepto nas disciplinas como antropologia, sociologia, história, teoria política e a economia e formando uma geração social-darwinista.

No entanto muitas noções da obra de Charles Darwin desviaram-se da real interpretação esboçada por ele. Nas palavras de Schwarcz (1993), conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” passavam a ser aplicados nos mais variados ramos do conhecimento. Nesse sentido essas áreas de conhecimento agora envolvendo o social-darwinismo, influenciavam a sociedade com uma reflexão ainda mais potente sobre a mestiçagem racial. Dentro da política, o Darwinismo proporcionou uma boa justificativa para a dominação europeia, pois funcionava como uma teoria que argumentava a “seleção natural” dos indivíduos com base nas diferentes raças.

Portanto as raças humanas consistiam nas espécies diversas, uma vez cruzadas, resultaria na miscigenação das raças. O modelo evolucionista representado nos termos de civilização e progresso era de grande importância na época. Assim fora propagado o desenvolvimento natural do ser humano, ou seja, a passagem progressiva por diferentes etapas, as quais toda a humanidade deveria passar. Essa foi mais uma teoria que remete a visão monogenista, na qual a noção de uma única espécie humana é o real princípio.

Na medida em que se constituía o evolucionismo social, ganhava relevância duas escolas deterministas. A escola determinista geográfica, a qual analisava o desenvolvimento cultural da nação observando aspectos como o clima geográfico do país. E a escola determinista de cunho racial, a qual notava as raças como fenômenos que não mudavam.

Com efeito, uma nova ciência deixaria para trás a teoria evolucionista, a Eugenia. Criada em 1883 por Francis Galton, um cientista britânico que escreveu a obra *Hereditary Genius* em 1869, influenciado pelas ideias do livro de Darwin “A origem das espécies”, consistia em um estudo que se comprometia a buscar elementos que viabilizassem uma boa geração futura, eliminando os fatores que desfavoreciam a nação, tais como a raça negra considerada degradante. Pois no processo de miscigenação persistiria os defeitos, assim o ideal seria enfatizar a emergência das raças puras, livres dos malefícios advindos da raça negra.

Nessa época, alguns conceitos como desigualdade e diferença ganharam significados mais precisos diante da ideia de raças. O conceito de desigualdade remetia a ideia de algo capaz de poder transformar-se através do tempo e do contato com outros,

também esteve aliada a visão monogenista de que apenas uma espécie humana existiria. Por outro lado, o conceito de diferença remetia à noção poligenista que entendia que diversas espécies estariam fadadas a seguir cada uma o seu desenvolvimento natural, sendo incapazes de serem impostas ao evolucionismo. Esses conceitos foram adaptados de forma conveniente a cada escola da época. Para os evolucionistas sociais a desigualdade encontrada nos homens advinha da hierarquia, os homens eram naturalmente desiguais.

Para os darwinistas sociais, as diferentes espécies existentes impossibilitavam a igualdade entre os homens. Englobados nesse contexto ganharam espaço os etnólogos sociais e os darwinistas sociais. Esses estudiosos fizeram nesse momento uma redefinição da história dos povos, tomaram como foco o conceito de “diferença”, aqui já definido.

Acerca dessa questão Schwarcz (1993) destaca quatro dos autores poligenista que realizaram estudos sobre raças, influenciados pelo darwinismo social. São eles E. Renan, Le Bom, Taine e Gobineau. E. Renan, segundo essa autora, detectou a existência da raça branca, negra e amarela. De acordo com Schwarcz (1993) esse autor é portador de uma percepção que se desvia do darwinismo. Ela diz que para E. Renan a raça negra, amarela ou ainda os miscigenados seriam os inferiores, por sua incapacidade de progredir, vinculada a sua natureza. G. Le Bom no seu estudo levou em consideração características como a cor da pele, a forma e a capacidade do crânio, para avaliar as diferentes espécies humanas, e acreditava que os indivíduos do grupo agiam em prol do grupo e não de si. H. Taine entendeu as raças, a partir da análise do indivíduo enquanto constituinte de um grupo do qual seria influenciado. Enquanto Gobineau (1816-82), no seu estudo trouxe à tona mais uma vez a noção de degeneração. Compartilhando da noção de que o resultado da mistura das raças é sempre algo negativo, pois formava as sub-raças inferiores, incapazes de serem civilizadas.

Se Schwarcz (1993) na sua obra recupera as teorias que afirmou ser o negro um ser degradante, Munanga (2004) discute, o quanto o mestiço ou o mulato foi considerado uma ameaça ao futuro da nação no período entre os séculos XVI ao XIX, e as ideologias raciais estabelecidas ao longo desses séculos as quais perduram na contemporaneidade. Esse autor ainda discute as repercussões da ideologia do branqueamento, especificamente no que se refere à mestiçagem, definida como fenômeno lamentável a história da nação.

Para tanto, Munanga (2004) recorreu às visões de vários estudiosos, como Buffon, Diderot, Voltaire entre outros, e discute a relevância do pensamento desses autores para as ideologias raciais que se estabeleceram nos séculos XIX/ XX.

Nesse sentido, discute a mestiçagem, como fruto do cruzamento entre negros e brancos, relacionando-a aos vários fenômenos, entre eles a da existência de raças diferentes. Alguns escritores, como Voltaire acreditam nessa teoria. Outros, como Buffon, creem na existência de uma única espécie humana, associada à mestiçagem a outros elementos, como o fator climático, ao ver a diversidade de cores, como algo dependente do clima e do meio em que se vive. Diderot, também citado por Munanga (2004, p.25) chama atenção para a “fecundidade das mestiças”, relacionando-a a existência uma da espécie humana, pois isso justificava a existência de negros e brancos dentre os homens primitivos.

Enquanto Buffon e Diderot atribuem à mestiçagem um aspecto espetacular, por tratar-se do meio termo entre o negro e o branco, outro autor citado por Munanga, Julian Offray de la Mettrie, entre outros do século XVIII, explicam a diversidade humana através da ideia de cruzamentos entre o homem branco com animais, o que resultou nas diversas raças. Nesse contexto, a diversidade racial é definida como uma anomalia, ou uma alteração sanguínea prejudicial à espécie humana, que se propagou por meio da mestiçagem.

Segundo Munanga (2004) Buffon formulou a teoria da melhoria das raças, através da miscigenação, pois para ele o cruzamento das raças com um branco ou uma branca, retornaria a raça original, branca. Entretanto, Munanga (2004) apresenta uma discussão entre esses estudiosos, e traz à tona a participação de Kant na história da miscigenação. De acordo com Munanga (2004, p.28) Kant, por sua vez, concorda com a visão de Buffon no aspecto deduzido por este sobre as gerações, porém vai além ao supor a ideia de “frutos bastardos” entre o cruzamento das espécies. Para ele não se podia eliminar os traços negativos da raça inferior por meio da mestiçagem, pois essa raça constitui uma espécie imutável, que só pode resultar na contaminação da nação.

A Repercussão das Teorias Raciais no Brasil

Assim, segundo Schwarcz (1993), através dessas vertentes, teorias e escolas foi concebido o conceito de raças. Por motivo das diferenças apresentáveis da

humanidade, foram elaboradas leis e difundidas ciências. No Brasil, em especial os modelos deterministas raciais, foram bastante utilizados. O social-darwinismo associado ao evolucionismo e ao monogenismo, foi requisitado com frequência na explicação das raças e da mestiçagem. Desse modo Schwarcz (1993) detalha ao longo de sua obra, algumas instituições que contribuíram com a discussão racial do Brasil, e os adeptos desses modelos e teorias. Entre elas, os Museus Etnográficos Brasileiros, os Institutos Históricos e Geográficos, as Faculdades de Direito, e as Faculdades de Medicina. Os Museus Etnográficos Brasileiros viabilizaram pesquisas e estudos que resultariam nos discursos raciais da época.

Segundo Schwarcz (1993) no final do século XIX, ergueram-se museus que foram relacionados a modelos evolucionistas e com fundo cultural. No Brasil, esses museus se instalaram de forma similar a Europa, reproduzindo o modelo europeu, entretanto, com uma responsabilidade importante diante dos debates constituídos sobre a nação.

No ano de 1808 instalou-se o Museu Nacional (MN) em 1866 o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), e em 1894 o Museu Paulista (MP). O MN apresentava, sobretudo, arquivos de ciências naturais. Dispunha de sessões de antropologia, zoologia geral e paleontologia animal; antropologia, botânica geral e aplicada, paleontologia vegetal; ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia.

Os recursos disponíveis na área de antropologia, como crânios, foram objetos de pesquisa para homens como João Batista Lacerda, destacado por Schwarcz (1993), como um dos estudiosos que se dedicou a antropologia das raças indígenas no Brasil. Em seu artigo Lacerda enfatiza que os Botocudos estariam iguais aos neocaledônios e australianos em relação ao seu nível de inferioridade, em meio às espécies raciais. Desse modo os botocudos significavam um atraso no processo de civilização.

O MP por sua vez, em 1895 adaptou um projeto de museu enciclopédico tendo em vista uma expansão de material de pesquisa sobre o conhecimento humano. Com grande participação de naturalistas estrangeiros, a instituição apresentou grande influência dos centros europeus e enfatizou a área de zoologia. Nesse contexto a antropologia foi ligada aos estudos sobre a fauna e flora. Nessa época Herman Van Lhering zoólogo responsável pela instituição fez comparações contínuas entre a natureza e o ser humano, vendo nos estudos da evolução de animais e vegetais um meio de entender o progresso dos seres humanos. Dessa maneira o MP possibilitou o surgimento da disciplina antropológica no país, remodelada dentro dos termos das

ciências naturais, afinal estudar a evolução das plantas e dos animais era o mesmo que analisar ou prever a evolução humana.

O MPEG foi instaurado através da associação filomática do Pará, fundada em 06 de outubro de 1866, e apenas tornou-se museu com a participação de Domingos Soares Ferreira, realizando o desejo de alguns intelectuais de formar um museu na Floresta Amazônica, com a intenção de explorar os recursos que a Amazônia possuía, dentro dos campos de Geologia, Geografia e História da região. A partir da nova direção em 1893, assumida por um zoólogo suíço Dr. Emilio E. Goeldi, a instituição passou por uma remodelação e a dispor de seções diversas nas áreas das ciências naturais e antropologia. E ainda apresentou caráter europeu trazendo naturalistas da Europa, alegando que esses expandiriam para além do Brasil os conhecimentos do museu. O diretor também realçou a relevância do MPEG por ter vestígios locais, capazes de contribuir para os estudos sobre a origem humana. Pois ali segundo ele, viveram raças ainda desconhecidas e deixaram seus rastros. É importante enfatizar a relevância dessas três instituições no Brasil, pois viabilizaram estudos e pesquisas resultantes em uma análise de hierarquização e classificação do homem americano.

A antropologia encontrada nos museus deu visibilidade aos estudos sobre o homem desse país, tratando da natureza e das raças, embora o espaço dado a área antropológica fosse sempre reduzido. A busca pela perfectibilidade humana impunha ao homem uma ordem de progresso evolutivo, diante dos quais raças tais como, índios e mestiços apresentavam características de atraso. Ao retratar o surgimento dos Institutos Históricos e Geográficos, Schwarz (1993) menciona o IHGB, o IAGP e o IHGSP que se encaixam no processo de construção do conceito de raça na medida em que exerciam a função de criar uma história para a nação.

Assim como no estudo de Schwarcz (1993) encontramos no estudo de Munanga (2004) o argumento das visões poligenistas, quando esse menciona Edward Long (1744) defensor da teoria de diferentes espécies. No âmbito dessas discussões, nota-se que o mulato fora inserido na história da nação como uma raça bastarda, sobre a qual foram impostas várias tentativas de apagá-las. A mestiçagem é referenciada como um fenômeno que vai contra a lei da natureza, por referir-se ao cruzamento entre espécies distintas que resultam em abominações.

Nesse sentido foi elaborada a ideologia do branqueamento, na busca de purificar a nação com a eliminação do sangue negro ou do mulato. Munanga (2004) relata que no século XVI, durante a fundação das colônias, a quantidade de mulheres

brancas era bastante reduzida para satisfazer as necessidades físicas dos colonos, brancos, desse modo esses mantinham relações sexuais com as escravas negras, com as índias e as mestiças embora não se esquecessem de sua marca de superioridade em relação a essas raças.

Por esse motivo nas ilhas francesas, impuseram códigos que geravam multas aos colonos que abusassem de suas escravas sem que fossem legalmente casados, e àquele que quisesse casar com sua escrava lhe era permitido desde que lhe concedesse a alforria, a fim de evitar o corrompimento do sangue branco. No entanto essas tentativas de diminuição de abusos sexuais entre mestre e escrava, não alcançaram sucesso e esses casos permaneceram.

No seu estudo Munanga (2004) insere o sistema de classificação postulada por Moreau de Saint Méry, o qual traz a ideia de divisão do ser humano em 128 partes, advindas de 128 ancestrais, e este indivíduo é classificado de acordo com o percentual de brancos e negros de que eram descendentes:

Sacatra: 8 a 16 partes brancas e 112 a 120 partes negras;
 Griffé: 24 a 32 partes brancas e 96 a 104 partes negras;
 Marabou: 40 a 48 partes brancas e 80 a 88 partes negras;
 Mulâtre: 56 a 70 partes brancas e 58 a 72 partes negras;
 Quarteron: 71 a 96 partes brancas e 32 a 57 partes negras;
 Métis: 104 a 112 partes brancas e 16 a 24 partes negras;
 Mamelou: 116 a 120 partes brancas e 8 a 12 partes negras; .
 Quarteronné: 122 a 124 partes brancas e 4 a 6 partes negras;
 Sang mêlé: 125 a 127 partes brancas e 1 a 3 partes negras
 (MUNANGA, 2004, p.37)

Segundo Munanga (2004, p.39), Moreau também acreditava que após determinadas gerações de miscigenação entre brancos e negros ter-se-ia o retorno das características da raça original de seus ancestrais, ainda que não fosse a pigmentação da pele, mas poderia revelar-se em aspectos como “nariz achatado e lábios grossos”. Outro autor que Munanga menciona é P. Crépeau visto impor regras sobre o sistema formulado por Moreau, ao analisa-la. Para P. Crépeau o resultado da miscigenação será sempre “infinito”, não há retorno da raça original, e a raça negra se afirmaria inferior a branca, o que justificava a escravidão dos negros.

Nesse contexto, a ideia de “sub-racismo” (Munanga, 2004, p.41) colocada por Moreau, remete a afirmação das raças, constituída pela mistura do sangue negro com o branco, engendrando uma diversificação infinita que sempre se qualificava como raças inferiores.

Sobre essa questão Joseph Arthur de Gobineau, publicou um ensaio em 1853 sobre a desigualdade das raças humanas, onde apresenta uma visão significativa na construção das teorias da miscigenação. Acerca da teoria formulada por Gobineau, Munanga diz que esse autor pensa as raças no sentido da degeneração, ao afirmar que a mistura compulsiva delas direciona ao fim da nação, pois ao cruzarem-se, as raças sofrem alterações que influenciam nas qualidades físicas e biológicas. Na teoria de Gobineau a raça ariana é colocada como superior, a qual tem a capacitação para a civilização e por esse motivo tendem a dominar as inferiores.

No entanto, também acredita que para essa possível civilização faz-se necessário a mistura das raças, por permear novidades na essência humana. A conclusão para tal pensamento é a suficiência de um único cruzamento para que não se deteriore a essência das raças. Adolf Hitler (1922) afirmava que a indecência da mestiçagem está no fato de esta permear a fraqueza na nação tornando-a um povo vencido, pois perdeu no processo da mestiçagem a energia das conquistas.

Diante dessas discussões promovidas no ocidente, os intelectuais brasileiros do século XIX, foram influenciados. Na reprodução dos saberes ocidentais diante do processo de civilização a que estavam empenhados; a tendência era copiar as ideologias formuladas na Europa. Entretanto, alguns pensadores introduziram suas próprias propostas na perspectiva de obter a identidade própria dos brasileiros, embora tiveram que enfrentar o impacto gerado pelas teorias das raças, já que esta consiste em uma nação diversificada.

Nesse contexto Munanga analisa a teoria de alguns dos pensadores do fim do século XIX e início do século XX, os quais também foram estudados por Schwarcz (2016), e traz suas contribuições para a construção da identidade étnico-racial brasileira. Em suma, os intelectuais brasileiros foram movidos pelo mesmo pensamento que concebia a raça negra como inferior às raças não brancas.

Dentre eles Silvio Romero pressupunha que o resultado futuro da miscigenação seria o branqueamento da nação, uma vez que a raça branca é a mais intensa no Brasil, devido às imigrações europeias. Enquanto a raça negra se reduziria com o fim do tráfico negreiro e a raça indígena sofria o massacre (MUNANGA, 2004, p.56).

Raimundo Nina Rodrigues por sua vez, contradiz a visão de Romero, dizendo que a nação estava sujeita a um futuro extermínio, previsto pelo fato de o Brasil

ser composto por raças degeneradas e por brancos de caráter negativo que vieram ao Brasil no período da colonização.

Desse modo o que Nina sugere é a criação de um código de legalidade das desigualdades que seguiria a hierarquia das diferenças e as proporções de indivíduos inferiores de cada região, de acordo com a intensificação das raças em cada localidade do país. Ao contrário de Silvio Romero, Nina Rodrigues transmite a noção de enegrecimento e, conseqüentemente, degradação do país. Enquanto Silvio Romero prevê as formulações da identidade nacional homogeneizada pela miscigenação.

Nessa linha de raciocínio Euclides da Cunha em “Os Sertões” (1902), acreditava num futuro diversificado de raças incapazes de uma unidade, por constituírem-se de várias espécies. Ele desacreditava na construção nacional do Brasil e confirmava o pensamento de Nina Rodrigues no aspecto deduzido por este de que uma região é superior à outra, por causa da intensificação da raça branca que foi devido ao fator climático, termo no qual a região de Canudos se encaixava, visto ser composta, segundo ele, pela mistura entre o branco e o índio.

Nesse contexto, Clóvis Moura e Dante Moreira Leite mantem visão crítica acerca das imposições de Euclides da Cunha, ao dizer que os sertanejos a quem Cunha se refere tiveram sim grande participação no derramamento de sangue e na construção das culturas negras. Afora a crítica de Clóvis Moura e Dante Moreira Leite são pertinentes as contribuições de Alberto Torres na obra “O problema brasileiro”; esse pesquisador retoma a dificuldade do país em um sentido antirracista, promovendo as implicações provocadas pelos imigrantes estrangeiros ao real problema do país. Segundo este autor, os europeus exploraram o país de tal modo que o levou ao declínio, e receberam os primórdios do país que deveriam pertencer aos verdadeiros povos da colônia.

Em contrapartida Manuel Bonfim em coerência com Torres aponta a necessidade de educar o país, pois a corrida pela riqueza, imposta pelos colonos, foi o que “atrasou” literalmente o país (MUNNANGA, 2004, p67).

João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional, é um dos intelectuais que acreditava no branqueamento do país, em função da miscigenação, que ao longo das gerações, promoveriam os traços brancos e apagariam os traços negros.

Edgar Roquete Pinto promoveu também uma visão antirracista, ao afirmar a necessidade de instruir corretamente o negro, de forma a disponibiliza-lo, de boa

educação para que estes pudessem apresentar avanço. Segundo ele precisava-se instruir eficazmente todos os indivíduos do país, independente da raça.

Francisco José de Oliveira Viana, tratou da ideologia do branqueamento brasileiro, ao ilustrar o mestiço como fruto do processo latifundiário, e descreveu a situação da época, onde a pele clara e “sangue” europeu (MUNANGA, 2004, 73), eram sinônimos de nobreza. A ideologia de branqueamento prevista por Viana está relacionada à sua maneira de pensar sobre mestiços inferiores e superiores:

(...) O primeiro, resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior, é um mulato incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade. O segundo, produto do cruzamento entre branco e negro do tipo superior, é ariano pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, é suscetível de arianização, outro modo capaz de colaborar com os brancos na organização e civilização do país. (MUNANGA, 2004, pág. 74).

(...) seu raciocínio é o seguinte: sob influência regressiva dos atavismos étnicos, uma parte dos mestiços (supostamente inferior) será eliminada pela degeneração ou pela morte, pela miséria moral e física. Uma ou outra parte (supostamente superior), porém minoria estará sujeita, em virtude de seleções favoráveis, a apuramentos sucessivos que a levarão, após quatro ou cinco gerações, a perder seus sangues inferiores e a classificar-se cada vez mais (MUNANGA, 2004, p 76).

Embora o resultado do país fosse a mestiçagem, o preconceito aos mestiços impregnado pelas ideologias, ressalta a superioridade branca, as quais foram desenvolvidas pelos europeus e reproduzidas por muitos pensadores brasileiros, o que leva os indivíduos da população a se auto denominarem brancos, morenos ou pardos.

Segundo Munanga (2004) em 1930 o país sofreu modificação nos termos imprescindíveis do desenvolvimento social, afastando-se das teorias racistas para adentrar no fator cultural do Brasil. Para esta discussão Munanga destaca a participação de Gilberto Freyre com a obra “Casa Grande e Senzala”, para o qual a miscigenação tornou-se referência da cultura brasileira, pois trouxe uma identidade própria ao país nos aspectos culinário, estilístico entre outros.

A América Latina é composta pela mistura das raças, o Brasil não foge a essa perspectiva. A partir dessa maneira de pensar foi gerado o “mito de democracia racial”; “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito” (ORTIZ, p. 41 Apud MUNANGA 2004, p. 89).

Esse mito tem o objetivo de disseminar o sentimento de exclusão deixado pelas visões racistas, e promover o convívio sem desigualdades entre as três raças existentes no Brasil, fundamentando a importância de todas essas enquanto brasileiros. No processo que remete a ideia de ressignificação do conceito de mestiçagem, é realçada a busca dos elementos negros (cultura, reconhecimento de sua eficaz contribuição durante a construção do Brasil, etc.) que antes foram evitados, e que na contemporaneidade fazem parte da unidade identitária brasileira, assim diz Munanga.

Entretanto, o preconceito racial fixado por tantos anos, não é de fácil aniquilação, e o que se vê é a possível tolerância ao sangue negro sem trata-lo com igualdade, inserindo-o numa perspectiva de clareamento das raças após gerações. A nova identidade nacional viabilizou o partilhamento de culturas inter-raciais, e constitui o que Munanga chama de “cultura de pluralidades”, (Munanga, 2004, p.117) percebíveis em aspecto de música, dança e culinária, por exemplo.

Portanto, Munanga questiona sobre a possibilidade da formação da identidade mestiça, quando na verdade ainda persiste a esperança de branquear o Brasil. Nesse contexto esse autor desacredita que se possa haver no Brasil, uma vez que não se pôde haver em nenhum outro país, a “pureza racial” (MUNANGA, 2004, p118).

Desse modo o que Munanga (2004) fornece, é um apanhado geral de conhecimentos sobre as teorias racistas, e as ideologias de branqueamento criadas na Europa e copiadas no Brasil, que mesmo desconsideradas politicamente em meados do século XX, persistem como “fantasmas”, principalmente no Brasil, onde o elemento classificatório das raças é a cor da pele, enquanto nos Estados Unidos e na África do Sul é a origem ou o sangue. Assim a “triade” racial (branco-negro-índio) (Munanga, 2004, p. 131) é a formulação da identidade brasileira, como a elite brasileira retrata.

No entanto, no cotidiano da população, o valor racial é ainda colocado, fazendo com que os indivíduos reproduzam o sentimento de menosprezo pelos escuros ainda na contemporaneidade. O que faz com que os brasileiros não assumam a presença do sangue negro em suas veias, se auto afirmando enquanto, brancos, pardos, morenos, entre diversas cores inventadas, para não se dizerem negros, o que é decorrente da existência do racismo.

Nessa perspectiva são pertinentes às considerações de Guimarães (2002) visto este autor relatar que o termo “raça” remete a um contexto político racista, esse deve ser esquecido, porém no contexto social não tem como apagá-lo ainda, pois permanece a discriminação com base na desigualdade de cores, embora seja disfarçado

pela população que a insere na desigualdade de classes. Nesse caso os negros são enquadrados nas classes pobres. Por esse motivo esse autor critica as imposições dos antirracistas que, segundo ele, apenas negam o racismo ainda existente. Na visão dele os antirracistas têm a tarefa de promover na população a descrença nas teorias racistas passadas e fazê-las reconhecer as “raças sociais” (no sentido de identidade racial) ao mesmo tempo em que combatem as construções históricas sociais acerca dessas teorias.

Outra questão colocada por esse autor é a relação inter-raciais. Ele afirma ser preciso que os brasileiros mergulhem num processo de reconhecimento do outro, permitindo-se conhecê-lo em aspectos físicos e culturais, para não o desmerecer pela sua cor de pele. Guimarães (2002) destaca em sua obra o movimento negro brasileiro, criado em 1930 e recriado em 1970, este teve a função de lutar contra o preconceito racial e de inserir o negro na sociedade.

Sua eficácia pôde ser comprovada pelo surgimento de indivíduos que se reconhecem enquanto negros ao invés de se autodenominarem brancos ou morenos. No entanto, o movimento foi além e objetou a apropriação de sua própria identidade, pois tratou também de lutar contra as desigualdades raciais existentes.

Porém Guimarães coloca em questão a dificuldade de se modificar o conceito de “raça”, enquanto paradigma racial, para “raça”, enquanto reconhecimento de identidades, quando na realidade o que se tem é apenas um pequeno número que se aceitam enquanto negros e mudam sua visão racialista, contra uma maioria que repercutem a desigualdade racial. Esse discurso favorece as elites brasileiras que conduzem à atribuição do conceito de pobreza a naturalidade negra, enquanto se esquivam da responsabilidade pela desigualdade.

A relação entre negro e pobreza, brancos e riqueza, decorre da visão de escravidão à que os negros foram submetidos no período colonial o que encobre os reais motivos da pobreza do negro. Guimarães (2002, p.66) esclarece que uma das causas seria a falta de oportunidades a esses sujeitos, outra seria a ampliação das discriminações no presente a partir das influências do regime escravista. Isso dificultou aos negros ingressarem no mercado de trabalho e dessa forma persiste a pobreza. A discriminação racial no Brasil se personifica no aspecto físico, principalmente pela cor, desse modo às pessoas negras não se incluem no perfil de trabalho exigido pelas empresas por causa da assimilação entre preto e feio construído historicamente. Guimarães (2002) ainda chama atenção para as mulheres negras, dizendo que se para os

homens negros torna-se impermeável o consentimento ao trabalho, tudo é muito mais difícil para às mulheres negras, onde a discriminação torna-se duplicada.

Portanto, Alfredo Guimarães (2002) promove uma ampla reflexão sobre a desigualdade de raças contrapondo-se à elite brasileira que tem preferência por simplificá-las em desigualdades de classes. Entretanto, esse autor expõe com clareza a realidade embutida por essa nomeação, e trata das manifestações contra o preconceito racial, como é o caso das ações desencadeadas pelo movimento negro. Apesar de atuante esse movimento encontrou restrições apresentadas no cotidiano das pessoas negras, em virtude do desfavorecimento a elas tanto em questões de convívio como em oportunidades de progredir, o que era decorrente do processo de embranquecimento existente na sociedade, que não se configurou com a extinção das pessoas negras, mas de sua exclusão dos lugares de poder e decisões sociais.

Acerca dessa questão Silva (1995) ao tratar da ideologia do branqueamento explica a tentativa da classe dominante, durante o século XIX, de branquear o Brasil. Segundo essa autora, a existência de diferenças étnicas culturais trouxe medo aos poucos brancos que aqui existiam. Para eles direitos de cidadania e respeito às diferenças implicariam na aceitação de padrões estéticos que não lhes convinham. Nesse contexto, os colonizadores do Brasil, no intuito de escravizar, submeteram o negro à inferiorização.

A partir de então o negro recebeu características opressivas, tais como, marginalização, que os levavam até mesmo à uma “não humanidade” (Silva, 1995, p.25). Assim o negro passou a ser percebido como naturalmente inferior, apresentando nesse aspecto uma boa justificativa para ser escravizado.

No século XIX a classe dominante extraiu das ciências da época, teorias que embasaram a “não humanidade do negro”, a fim de possibilitar uma expansão das ideologias de inferioridade negra e assim realizar tentativas de branquear o país.

Desde então o negro é continuamente desmerecido, não apenas pela elite da época, mas também pelos que não participam do poder, pois não queriam sequer chegar perto. As ideologias de inferioridade e branqueamento trouxeram aos negros obstáculos mesmo após a abolição da escravidão. Pois as visões foram impregnadas na sociedade, a qual influenciada por essas ideias negativas tratava o negro como naturalmente inferior, e suas características postuladas durante a escravidão o desqualificava para o mercado de trabalho.

Na intenção de excluir a raça negra do Brasil, foram realizadas várias estratégias. O conde Gobineau em 1870 apontou o povo brasileiro como feios, exceto o seu amigo D Pedro II, e ainda os comparou a “macacos” Desse modo pregava a “purificação” com o sangue europeu (SILVA, 1995, p.28). Essa autora relata que os negros eram enviados às guerras, além de serem conduzidos à fome e a desnutrição.

Diante dessas situações Silva (1995) conduz o texto a uma discussão sobre a diferenciação entre o negro e o branco de acordo com seu foco que adentra o livro didático. Baseado nas pesquisas que fez, essa autora percebeu que o negro é sempre aliado a atributos negativos, enquanto o branco é sinônimo de qualidades, entretanto é sempre representado nos livros por um “europeu, o da ideologia do branqueamento” (SILVA, 1995, p.32). Essa autora também critica o fato de apesar da existência de toda desigualdade, ser relevado a “democracia racial”, diz ser este um mito que não condiz com a realidade do Brasil.

A discussão do conceito de raça perpassa pela educação, nesta perspectiva Ferreira (2012) e Gonçalves e Silva (2010) discute o conceito de raça, sobretudo, no ambiente escolar e voltado precisamente para as questões curriculares. Ao abordar os estudos afro-brasileiros, Gonçalves e Silva (2010) adotam conhecimentos como os propostos pela Lei nº10.639/2003 e o movimento negro do século XX, para relacionar as questões de aperfeiçoamento das escolas diante a necessidade de incluir os conhecimentos demandados por essa lei.

Gonçalves e Silva (2010) conta que, pensando nisso o Conselho Nacional de Educação (CNE) promoveu uma política curricular, que impõe o “reconhecimento e valorização da participação decisiva dos africanos e de seus descendentes na construção da nação brasileira, do respeito e divulgação de sua cultura e história” (GONÇALVES E SILVA, 2010, p. 39). De acordo com a essa autora, tanto a lei nº 10.639/2003 como a nº 11.645/2008, têm a função de impor o estudo sobre negros e índios, a fim de integrar as diversidades à sociedade de maneira positiva, e eleger progresso no consciente da nação brasileira.

Essas leis tendem a amenizar o discurso preconceituoso que há séculos foi reproduzido na sociedade, e se determinam a favorecer a cidadania das raças excluídas, através da educação. Por meio do ensino regulamentado, deve-se induzir o sujeito à própria aceitação de pertencimento a determinadas raças étnico-raciais, além de conceber modificações nas escolas, objetivando incluir em suas atividades cotidianas as diversidades culturais, pois o país é multirracial e multicultural. Na sua obra Gonçalves

e Silva (2010, p.41) frisa que só o “enegrecimento da educação” será capaz de possibilitar a compreensão de outro conceito de raça negra, que não seja associado a ideia de inferiorização. Essa autora justifica que não se trata de trocar uma exclusão por outra, desse modo não se deve induzir a abolição de origens europeias e sim eleger uma homogeneidade entre raízes africanas e europeias, afim de que todos participem do mesmo meio escolar sem sentir-se inferiorizados ou superiorizados entre si, e assumam suas determinadas raízes, mantendo a comunicação que deve haver entre os seres humanos.

Assim conhecer os negros requer um conhecimento africano e a partir de então é possível resignificar conceitos estabelecidos no período da colonização, no intuito de afirmar a identidade étnico-racial do negro, dando a dignidade de cidadania aos excluídos da história. É isso que Gonçalves e Silva (2010) manifesta ao esboçar a participação dos escravizados que foram introduzidos no Brasil, e suscitaram o que hoje são as sociedades multiculturais. Mas os negros, por se sentirem constrangidos diante dos valores que lhes foram atribuídos, chegam a fugir de sua própria identidade étnica, na tentativa de livrar-se dos preconceitos. Por se tratar de uma discussão voltada a as noções curriculares, Gonçalves e Silva (2010) incrementa a necessidade de desconstrução de conceitos anteriormente fixados, e de ressignificação de valores afro-brasileiros, dentro das salas de aula, por serem estes o ambiente onde se inicia o processo de cidadania.

Através dessa prática de ensino surge o apoio ao reconhecimento próprio, na medida em que os afro-brasileiros são direcionados à “consciência negra” (GONÇALVES e SILVA, 2010, p. 50).

Esse movimento condiz em posicionar os negros em suas identidades étnicas, incentivando-os a conhecerem sua história e cultura e exigirem libertação das opressões que lhes atingem, ao mesmo tempo em que se livram dos disfarces e se assumem.

Aproximação a essa perspectiva de compreensão identificamos no trabalho de Schuon (2002), visto esse estudioso a partir do conceito de raça contribui para o combate ao preconceito racial, porém sem negar a existência de divergências tanto físicas como psicológicas entre as três raças que ele considera - branca amarela e negra. De certo modo, Schuon (2002) trata das necessidades em disseminar a discriminação racial, detalhando a beleza existente em cada uma delas. Assim não se faz necessário à indução de negação das raças, e sim que se tenha uma reação otimista diante da

particularidade de cada uma delas. Nessa perspectiva esse autor, discute as raças dentro de uma relação com o sistema de castas, o qual, segundo ele, trata das diferentes aptidões e qualificações que o indivíduo pode ter, o que o leva a si incluírem em um determinado grupo. “A casta tem primazia sobre a raça, porque o espírito é superior à forma; a raça é uma forma, a casta um espírito” (SCHUON, 2002, p. 51).

Nesse sentido, esse autor promove uma reflexão, onde a raça embora não seja espírito, como ele diz ser a casta, apresenta equivalências relacionadas às atitudes e culturas dos grupos étnicos. A raça que é esboçada na forma, assim como Schuon (2002) descreve, mostra influências visíveis na expressão cotidiana do indivíduo. No caso da raça negra, transparece a dança, entre outros elementos de sua cultura que está estreitamente ligada à necessidade de se expor, a qual é limitada pela “mentalidade não mental” de sua raça (SCHUON, 2002, p. 52).

Adentrando no âmbito de compreensão das várias raças humanas, Schuon (2002) acredita que cada raça carrega características físicas que dão sentido ao tipo psicológico delas.

[...] O rosto ortognato é geralmente mais “aberto” ou mais “pessoal” do que a fase prognata, ele exterioriza seus conteúdos mais do que seu ser global, o que significa que ele mostra mais facilmente o que ele vivencia e o que pensa; O nariz é proeminente, como para compensar o recuo da parte bucal e também dos olhos, o que tem o sentido de uma “saída” psíquica (SCHUON, 2002, p 55).

Segundo Schuon (2002), o negro e o amarelo são raças mais próximas e o branco exprime características mais distantes. Ao branco são atribuídos aspectos mentais, por isso tornou-se a raça civilizatória, ao amarelo é destacado o lado artístico e criativo, e ao negro é conferido aspectos vitais, por isso seu elemento caracterizador enquanto cultura é a dança, (pois se manifesta através de movimentos corporais) e assim como o amarelo, ambos são raças que exprimem vida, diferente do branco que desenvolve a intelectualidade.

De acordo com Schuon (2002, p.58), a essência do negro colocada em elementos da dança, se deve a assimilação entre esta e os “poderes”, pois através da dança e dos objetos nela usados, os negros mantêm viva as suas crenças religiosas e a usam para comunicar-se com seu Deus, e também celebrá-lo. [...] O tambor é o altar, o rufar marca o “descenso” de Deus e a dança a “ascensão” do homem (SCHUON, 2002, p. 59). Ao falar sobre as três raças: branca, amarela e negra-, esse autor esclarece que cada uma

delas é possuidora de uma beleza única, trazendo ao termo “diferença” uma visão bela. Schuon (2002) retrata as raças de acordo com fatores globais. O branco se distancia da natureza, se atendo a riqueza que busca, e o amarelo sempre está ligado a bens naturais.

Contudo Schuon (2002) tem a intenção de relevar não só as formas que as raças originais nos deixaram, mas as qualidades que provém delas e o modo como reagimos a essa herança sanguínea que possuímos dentro de nós. Pois descreve que, com a inclusão da modernidade em nosso ser, muitos dos elementos que estão naturalmente em nosso interior, foram combatidos, na tentativa de serem aniquilados para darmos espaço ao “espírito moderno” (SCHUON, 2002, p. 68).

As Instituições Científicas e a Concepção de Raça Negra

Através de um processo monumental de coletar, ordenar e guardar informações e fatos sobre o passado, os institutos históricos e geográficos foram responsáveis por dar ao Brasil uma história, cujo interesse era enaltecer a pátria, mas resultou em dados momentos em favorecimento da visão europeia.

No Brasil o primeiro IHGB foi criado em 1839 na cidade do Rio de Janeiro. Em 1862 fundou-se o Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), e em 1894 ergueu-se o Instituto histórico e Geográfico de São Paulo. Unidos em uma só finalidade ilustrar uma historiografia e geografia nacional, apresentavam características diferenciadas com influências de cada região.

No contexto de produção de uma identidade nacional, o discurso racial foi introduzido nos institutos de forma negativa, pois falar dos negros e índios significava englobar também os excluídos da nação.

Os negros eram representados como uma raça incapaz de civilizar-se era notada numa visão determinista de cunho racial. Eram imutáveis. Os índios eram, no entanto, postos como “Símbolo da Identidade Nacional” diz Schwarz (1993). Enquadrados num discurso religioso ou romântico. Os índios apesar de serem inferiores em civilização humana eram ensináveis. Assim através do processo de catequização, os índios se tornariam úteis no trabalho de mão-de-obra. Dessa maneira estariam adentrando no processo civilizatório que cabia ao homem branco.

Destacado por Schwarcz (1993), Karl Friedrich Philips Von Martins, um naturalista alemão, sócio do IHGB descreveu o Brasil como um país rico em raças, possuidor de espécies diversas, as quais constituíam níveis de hierarquização.

A raça branca representada pelo papel de civilizar. O índio notado redimível e capaz de adaptar-se ao meio. E a raça negra, a qual só levava o país para baixo. Em suma via-se na raça indígena a flexibilidade de adaptação, que foi representada por romancistas da época como Gonçalves Dias e Domingos Jose Gonçalves de Magalhães.

No processo de construção da história do IHGB, deu-se maior visibilidade aos colonialistas, pois foi introduzido como elemento característico da origem do país. “O descobrimento do Brasil” fora, portanto, o começo da história do país, considerado por sócios do IHGB, como Gonçalves Dias, Taunay e Gonçalves de Magalhães um grande feito. Nesse contexto integrou-se também a emancipação do Brasil em 1822. Um marco de caráter patriótico no IHGB.

Embora alguns participantes do IHGB, como Silvio Romero se posicionasse de modo positivo em relação a miscigenação, atribuindo à mestiçagem a solução do problema da degradação imposta pela inclusão dos negros no Brasil, ainda assim prevalecia nas produções do IHGB a ideia de exclusão dos negros, por postular-se como uma raça prejudicial ao desenvolvimento da nação.

O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, por sua vez, tratou de uma visão mais voltada para o local, porém tinha a mesma missão, a de construir uma história nacional, fundamentada na arqueologia, por isso, trazia elementos históricos e geográficos viabilizados por essa ciência. Para o IAGP e para o IHGSP, o que resolveria a questão da negatividade atribuída aos negros expandida na população, seria o suposto “branqueamento”.

A elite Paulista fora responsável por eleger leis que restringiriam a raça branca, especificamente a ariana, a entrada no país, a fim de conduzir um branqueamento à nação brasileira. Apesar das posições que cada Instituto se colocava, havia sempre divergência entre os estudiosos em relação às teorias. Evolucionismo, Darwinismo social, poligenismo e monogenismo sempre oscilavam nos discursos produzidos pelos intelectuais da época. No entanto, Schwarz (1993) abrange uma variedade de informações sobre os institutos, os quais reproduzem uma história de início direcionada a própria nação, porém resultando no eurocentrismo, no sentido de que apesar do fim da escravidão, a história construída sobre a nação brasileira, persistiu em modelos europeus como a pressuposta civilização.

Outro elemento primordial nessa discussão foram as Faculdades de Direito citadas anteriormente. Instaladas em Recife e em São Paulo, após a emancipação política almejavam a liberdade intelectual, além de outras expectativas. Diante desse argumento os juristas locais foram responsáveis por remodelar o país com a imposição de novas leis, que dessem uma personalidade própria ao país.

Sobre essa questão Schwarz (1993), menciona a figura de Silvio Romero, enquanto um grande polemista portador de uma visão naturalista evolucionista, pois acreditava estar na mestiçagem a compreensão da nação. Segundo ele para obter-se conhecimento sobre a evolução da nação, se fazia necessário direcionar a atenção para as raças, pois todo o discurso sobre o futuro da população brasileira se voltava para esse termo. A concepção de Romero passou a influenciar as Escolas de Direito. Esse escritor trouxe as faculdades de Recife certa visibilidade sobre a identidade étnico-racial brasileira, na qual o mestiço é fruto de uma diversidade de raças e elemento notório ao evolucionismo nacional.

No entanto, suas produções não resultavam do sentimento de defesa da igualdade entre os homens, enfatiza Schwarz (1993). Sua visão estava vinculada ao poligenismo, pois Silvio Romero utilizava-se da discussão da variedade de espécies para reconhecer as divergências apresentadas entre os seres humanos, porém sem preconceitos.

Devido à colaboração de Romero o Direito ganhou reconhecimento maior, e ofereceu participação nos discursos sobre a humanidade brasileira, enquanto uma nova ciência do século. Outro fator destacado por Schwarz (1993) é o estudo da criminologia, contidos nas cadeiras de Direito.

A antropologia criminal alegou que através das características físicas e do tipo de raça se determinava o criminoso. As afeições do crânio e da face, o tipo de visão e audição, por exemplo, constituíam importantes fatores nos estudos de Direito Criminal. De fato, Schwarz (1993), respalda que se dava o poder de apontar as capacidades e limitações de um povo por meio de detalhes minuciosos como elementos físicos. Nessa época as faculdades de São Paulo trouxeram um aspecto cultural à área de Direito, ao falar de raça, pois embora as diferenças existentes, reconheciam também a construção de uma identidade brasileira, onde as raças contribuem com seus costumes e tradições. No entanto, como vimos ao tratar do IHGSP, era nessa região que se encontrava o interesse em selecionar os que poderiam entrar no país.

{...} além de especificar que só seria permitida a entrada de trabalhadores oriundos dos continentes europeu, americano e africano, a bancada paulista limitou a admissão a apenas alguns países. Da Europa, seriam aceitos italianos, suecos, alemães, holandeses, noruegueses, dinamarqueses, ingleses, austríacos e espanhóis (vindos das ilhas Canárias, da província de Navarra e Vascongadas). Da América, somente os canadenses da província de Quebec e os naturais da ilha de Porto Rico. Da África, por fim, os canarinos (Coleção de Leis e Decretos do Estado de SP, 1895-6:41) (Apud SCHWARZ, 1993, p.185).

Schwarz (1993) realça que os critérios impostos pela elite local foram além de um discurso racista, expandindo-se à uma hierarquização das raças ditas como as mais importantes para adentrar e compor a civilização brasileira. Essa autora, ainda relata que nesse período foram colocados em prática projetos que tendiam o retorno da raça negra à África. Isso mostra que a faculdade de direito em São Paulo, dispunha de incoerentes discursos, “hora” se apresentava liberalista, “hora” participava de um conceito de hierarquia racial. Mas essa autora argumenta que o liberalismo adotado por esses, era “mera fachada”.

No caso das faculdades de Medicina, Schwarz (1993) traz as discussões das Escolas do Rio de Janeiro e de Recife que procuravam estudar as doenças trazidas pelos negros quando traficados para o Brasil. Esses intelectuais compreendiam a degeneração como fator a ser analisado para sanar o país. Nesse intuito, essas escolas por vezes, buscavam disseminar essa raça que trazia degradação ao país, através do cruzamento.

A miscigenação remetia a ideia de propagação e ampliação da decadência da nação e até mesmo de um povo doente, marcado pelo “mal” da raça negra. Nessas faculdades foi introduzida a fenologia para entender as raças dentro de suas restrições, tais como o atraso e a miscigenação. Essas instituições tinham a ideia de purificar o país fazendo com que as raças degenerativas acabassem entre si, com o cruzamento entre elas próprias.

Diante dos discursos levantados por tais instituições, sejam elas, os Museus, os Institutos, ou as Faculdades, a obra de Schwarz (1993), fornece amplo conhecimento sobre a formação do conceito de raça, e se conclui que os europeus impuseram sobre a raça negra o sentido de inferioridade, que facilitou a sua dominação, e através do modelo de civilização introduzido por eles no Brasil, essa raça foi remetida a condição de doentia, um mal para o país, pois fora vista como uma espécie imutável. “Ao cruzar com outras raças propagava ainda mais o grau de doenças” contidas na nação.

O papel das ciências em todos esses setores, a exemplo da frenologia e a eugenia, serviram para a comprovação das muitas teorias elaboradas pelos intelectuais

do século XIX. Desse modo, muitas foram às tentativas de extinguir esses males da nação brasileira, o que representava extinguir as pessoas negras.

Indígenas, Brancos e negros: a identidade racial do Brasil

Discutir sobre a identidade nacional e a identidade étnico-racial no Brasil não foi uma questão inerente aos intelectuais do século XIX, mas ultrapassou o tempo e permanece na contemporaneidade, sobretudo, por se tratar de um conceito, conforme vimos foi historicamente construídos e assim permanece.

Nesse sentido, as considerações de Lima, Souza e Nascimento (2016) sobre tal questão são pertinentes e as trouxemos para este trabalho, visto revelar que a formação da identidade brasileira possui relação com a mistura de tradições e culturas de diversas etnias existentes no Brasil. A partir dessa questão esses autores abordam a necessidade de se implementar nas instituições universitárias a temática étnico-racial com a finalidade de pôr fim ao preconceito racial. Por meio dessa perspectiva esses autores retomaram temas como a dominação europeia e a apropriação do europeu como sujeito civilizador, enquanto situações que resultaram numa ação classificatória das etnias. Assim suas pesquisas, nos forneceram conhecimento acerca da fusão das culturas que formaram a identidade brasileira.

Nesse sentido o lugar do negro, do índio e do mestiço na sociedade é designado, pois são concebidos como “sujeitos inferiores”, e remetidos aos locais de pobreza e são socialmente afastados. Assim falar da identidade étnico-racial no Brasil implica pensar também, nas dificuldades enfrentadas por estes sujeitos devido a sua forma natural de ser, o que incide no modo como a sociedade o percebe e aceita.

Diante desse contexto, a disseminação do preconceito racial no Brasil, muitas vezes, não passa de um “mito”. O que esses autores combatem o tempo todo, sobretudo, o fato de não se aplicar radicalmente no Brasil, uma prática que ponha fim ao preconceito racial, gerado na época do colonialismo brasileiro. Embora haja leis com esses fins, na prática elas não se concretizam.

Inserido nesse quadro de discussão Agra do Ó (2016), afirma que falar da identidade nacional, e incluir a etnia negra implica em mostrar a necessidade de se fazer uma autorreflexão, impondo-o a uma maior aceitação em todos os aspectos da sociedade. Em meio às piadas de preto, e afirmação das identidades das mulheres

negras, essas têm sido motivo de risadas e muitas vezes fogem de sua estética, e são desvalorizadas, conforme enuncia esse autor quando analisou um site de piada:

Mas o site não me permite pensar muito nisso, que já me informa, a seguir, que a não humanidade, ali suposta, do preto, teria implicações se ele, e todos os seus semelhantes, fossem à lua. Depreende-se do que está dito que o preto impede a paz; ele é o agente da discórdia. Aliás, cabe ressaltar que este é um tema recorrente nas piadas de preto: a associação sempre direta e irrecorrível entre o preto e o crime porque afinal é disto que se trata (Ó, 2016, p.40).

Na indignação desse autor, ao pesquisar sites sobre “piadas de preto” notou que o negro sempre esteve assimilado a descrições negativas. E essas, por sua vez, dão continuidade à visão preconceituosa. Questão que também foi analisada por Nascimento (2016). De acordo com esse pesquisador, o preconceito racial é construído a partir dos vários aspectos das pessoas negras, a exemplo do cabelo, concebido pela sociedade como ruim. Na concepção desse autor é preciso questionar.

O que “*O cabelo fez para ser chamado de ruim?*”, a partir de perguntas simples e diretas, um emaranhado de respostas transparecem as opiniões racistas que associam o “cabelo ruim” ao “cabelo duro”, “cabelo feio” “cabelo que veio da África”, “cabelo de preto”, “cabelo palha de aço”. Estas adjetivações pejorativas acerca da estética capilar nos remetem as construções sociais que colocavam o negro em um lugar de inferioridade e desqualificação social (NASCIMENTO, 2016, p.48).

No trecho citado acima, é possível identificar a desqualificação de valores de tudo o que é relacionado ao negro, até mesmo seus cabelos. Quando se tem cabelos cacheados ou crespos, se é identificado como inferior, e nesse sentido muitas mulheres têm fugido da sua própria realidade tentando se encaixar no perfil de “cabelo bom” construído pela sociedade.

Superar o preconceito é valorizar as pessoas negras como elas são, o que é possível, desde que se “compreenda o outro”, quando olhamos para o passado, observando a personalidade dos primitivos.

Sobre essa questão Nascimento (2016) realizou uma pesquisa sobre os primitivos, precisamente no século XV, a partir do descobrimento do Brasil, para melhor compreensão desses que são enquadrados em nossa sociedade como diferentes.

Segundo esse autor, embora estejamos num século que nos exige respeitar o próximo, sem olhar as suas diferenças, seja em relação à cor, a religião, etc., o que se vê é algo totalmente incoerente. Nas suas pesquisas esse autor recorreu aos estudos de Pierre Clautres, (1934-1977), estudioso sobre os indígenas. Clautres identificou que o modo como os europeus reagiram frente aos nativos, teve a influência do “medo do desconhecido”, o que fez com que buscasse aproximações dentro do que lhes era conhecido, assim como explica Nascimento:

Em primeiro lugar, julgando- ou desejando- ter encontrado uma nova rota para as Índias, passou a tratar os nativos por índios. Essa ação em si já mostra como Colombo tinha a necessidade de eliminar o outro enquanto novidade, buscando inseri-lo numa categoria já conhecida- habitantes da Índia. A descoberta da América iniciou também uma guerra simbólica entre nativos e europeus, cada qual comparando o outro a algo já conhecido o que, portanto, eliminava o desconhecido/amedrontador (NASCIMENTO, 2016, p.118)

Nas suas análises Clautres percebeu que os indígenas trabalhavam sem se exceder, sem ambição nos lucros e valorizavam o lazer. Então trabalhavam apenas para a sobrevivência. É interessante ressaltar também o fato de que eles não possuíam divisão de poder político entre si, desse modo havia uma relação de igualdade entre todos. Esse autor traz a discussão para o século XXI, e procura entender as diferenças existentes na humanidade. Conhecendo o semelhante é possível ir mais além do que aceitá-lo, pode-se compreendê-lo, gerando uma convivência harmoniosa.

Portanto, dentre a as contribuições da obra de Clautres, respaldada por Nascimento, vemos a precisão em respeitar as diferentes etnias que geram uma identidade para o nosso Brasil, esses mostram que há em nós a capacidade em pôr fim às discriminações.

Considerações Finais

Diante do trabalho apresentado, vimos que os problemas discriminativos, sobretudo o preconceito racial, correspondem a conceitos surgidos no século XIX, os quais influenciaram as sociedades, que por sua vez, reproduziram durante séculos um discurso racista.

Essas teorias e conceitos elaborados no passado, foram bastante pertinentes em induzir exclusão aos afro-brasileiros, e desconstruir esses conceitos fixados consiste em um trabalho difícil na atualidade. A inferioridade natural atribuída aos negros, tem o motivado, a tentar apagar traços que os identificam como tais, a exemplo do “alisamento dos cabelos”, como Nascimento (2016) especifica.

Dentro desses aspectos, o presente trabalho serviu para percebermos que somos, em muitos momentos, praticantes da negação de nossa identidade, pois muitos dos fatores discutidos aqui, permitiram compreender que não nos assumimos enquanto mistura de raças, e de algum modo reproduzimos os discursos fixados em nós.

Aqui notamos a importância em trabalhar as raízes afro-brasileiras e indígenas nas salas de aula, que são ambientes convenientes a essas discussões, e de onde se inicia o processo de cidadania.

A partir da contribuição de Schwarcz (1993), entre outros autores trazidos ao texto, pudemos entender o fundamento das elaborações dos conceitos de raças e as participações europeias dentro dessa construção.

Sabemos que as raças constituem diferenças, no entanto aproveitando dessas divergências, houve a ascensão, por parte principalmente europeia, em classificar essas diferenciações em raças “inferiores e superiores”, “dominantes e dominados”. E diante de tal alegação puderam justificar a escravidão à que os negros foram submetidos, e a exploração designada aos indígenas, sem que lhes caísse o sentimento de culpa pelas opressões causadas a esses, uma vez que eram considerados “desumanos”, conforme foi visto em Schwarcz (1993) e em Munanga (2004).

Diante dessas afirmativas, no Brasil foram apontados lugares ao negro dentro das comunidades, a esses cabia-lhe o espaço da pobreza e da exclusão, e os seus valores manteve-se associados ao processo de escravidão. E ainda após o século XX, quando as conotações de raça foram desconsideradas, permaneceram as segregações, pois trata-se de algo que foi impregnado nas sociedades, que cotidianamente são reproduzidos, sem mesmo percebermos.

Por meio das discussões de Gonçalves e Silva (2010), Ferreira (2012), entre outros autores que foram apresentados aqui, notamos a falta de conhecimento em nós, sobre as culturas afro-brasileiras e a necessidade da formulação de procedimentos, não somente nas escolas, que proponham posicionar os afro-brasileiros a auto- afirmação de sua identidade, assumindo suas raízes, e constituindo-se participantes de direitos de cidadania. Pois, assim como vimos, em (Schuon,2002), diferenças existem, não se faz necessário escondê-las, mas permitir-se relevá-las e trazê-las de forma aberta ao nosso convívio, respeitando-as e conhecendo-as sem retrairmo-nos.

Referências

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Identidades sociais de Raça/ Etnia na Sala de Aula de Língua Inglesa. In. FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Identidades Sociais de Raça, Etnia, Gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e pobreza no Brasil. In. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Estudos Afro-brasileiros: africanidades. In. ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e raça, perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LIMA, Marinalva Vilar de; SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de e NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Relações Étnico-raciais: formação de professores e responsabilidade da universidade brasileira. In: SOUZA, A. C. B. de; OLIVEIRA, A. de S.; LIMA, M. V. de. (Orgs.). **Educação para as relações étnico-raciais: identidades, etnicidades e alteridades**. João Pessoa: CCTA, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Pávula Maria Sales. Ciberespaço e afirmação das identidades das mulheres negras. In: SOUZA, A. C. B. de; OLIVEIRA, A. de S.; LIMA, M. V. de. (Orgs.). **Educação para as relações étnico-raciais: identidades, etnicidades e alteridades**. João Pessoa: CCTA, 2016.

NASCIMENTO, Celso Gestemeier do. Aprendendo com a alteridade: o trabalho de Pierre Clastres. In: SOUZA, A. C. B. de; OLIVEIRA, A. de S.; LIMA, M. V. de. (Orgs.). **Educação para as relações étnico-raciais: identidades, etnicidades e alteridades**. João Pessoa: CCTA, 2016.

Ó, Alarcon Agra do. Piada de preto não tem graça nenhuma. In: SOUZA, A. C. B. de; OLIVEIRA, A. de S.; LIMA, M. V. de. (Orgs.). **Educação para as relações étnico-raciais: identidades, etnicidades e alteridades**. João Pessoa: CCTA, 2016.

SILVA, Ana Célia da. A ideologia do branqueamento. In: **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUON, Frithjof. O sentido das raças. In: **Sentido das raças**. São Paulo: IBRASA, 2002.